

A Educação Ambiental no contexto da agricultura familiar

La Educación Ambiental en el contexto de la agricultura familiar

Environmental Education in the context of family farming

Esp. Ederich Herbert Zimmer¹

Ma. Ionara Cristina Albani²

Me. Junior Cesar Mota³

Resumo

Este artigo resulta de um projeto de ação que teve como objetivo proporcionar aos agricultores familiares de Santo Antônio da Patrulha (RS), a discussão sobre Educação Ambiental (EA), a partir de formas de manuseio dos recursos naturais na produção agrícola e na agroindústria familiar, em especial, àquelas voltadas à produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para a sustentabilidade. A EA esteve presente no dia a dia dos agricultores familiares de forma crítica, transformadora e emancipadora, visando instigar conhecimentos, habilidades e atitudes que estimulassem técnicas de conservação, preservação, produção e consumo, além das relações sociais. A metodologia utilizada foi constituída por atividades como visitas às propriedades, roda de conversa, oficinas e saídas de campo. Os resultados apontam para possíveis transformações obtidas com o desenvolvimento das atividades relacionadas à EA.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Educação Ambiental; Desigualdade de Gênero.

Resumen

Este artículo resulta de un proyecto de acción que tuvo como objetivo proporcionar a los agricultores familiares de Santo Antônio de la Patrulla (RS), la discusión sobre Educación Ambiental (EA), a partir de formas de manejo de los recursos naturales en la producción agrícola y en la agroindustria familiar, en especial, a aquellas volcadas a la producción orgánica y de base agroecológica, como contribución a la sostenibilidad. La EA estuvo presente en el día a día de los agricultores familiares de forma crítica, transformadora y emancipadora, buscando instigar conocimientos, habilidades y actitudes que estimulen técnicas de conservación, preservación, producción y consumo, además de las relaciones sociales. La metodología utilizada fue constituída por actividades como visitas a las propiedades, rueda de conversación, talleres y salidas de campo. Los resultados apuntan a posibles transformaciones obtenidas con el desarrollo de las actividades de la EA.

Palabras claves: Agricultura familiar; Educación ambiental; Desigualdad de género.

Abstract

This article results from an action project that aimed to provide the family farmers of Santo Antônio da Patrulha (RS) with the discussion on Environmental Education (EE), from ways of handling natural resources in agricultural production and family agroindustry, especially those oriented to organic production and agroecological basis, as a contribution to sustainability. EE was present in the daily lives of family farmers in a critical, transformative and emancipatory way, with the aim of instigating knowledge, skills and attitudes that

¹ Especialista em Educação Ambiental; Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Santo Antonio da Patrulha, Rio Grande do Sul, Brasil; zimmergeo@hotmail.com.

² Mestre em Educação Ambiental; Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; ionara.albani@riogrande.ifrs.edu.br.

³ Mestre em Educação Ambiental; Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. CAPES; juniormota@furg.br.

stimulated conservation, preservation, production and consumption techniques, as well as social relations. The methodology used consisted of activities such as visits to properties, talk wheels, workshops and field trips. The results point to possible transformations obtained with the development of activities related to EE.

Keywords: Family Farming; Environmental Education; Inequality.

1. Introdução

Este artigo traz uma discussão sobre os resultados de um projeto de ação em Educação Ambiental (EA) que trabalhou a formação dos agricultores familiares por meio da (re)tomada da consciência para as boas práticas, impulsionando o debate sobre a produção agroecológica, como caminho da promoção de uma agricultura sustentável e saudável. A escolha pelo desenvolvimento desse projeto de ação, junto aos produtores rurais, dentro de um projeto que já vem sendo desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha – STRSAP, teve a intenção de verificar em que nível e condições os produtores conhecem e desenvolvem suas atividades produtivas e contribuir na construção de outros conhecimentos. E, também, resgatar minha ligação com a agricultura, pois nasci no meio rural e para ele gostaria de retornar, levando comigo os conhecimentos da academia, colocando-os, efetivamente, em prática⁴.

No decorrer do desenvolvimento das atividades, procurou-se buscar resposta(s) à questão norteadora deste trabalho, que assim foi constituída: como a EA pode contribuir para a mudança da perspectiva de produção agrícola e pecuária tradicionais para uma vertente sustentável? O objetivo foi proporcionar aos agricultores familiares novas formas de manuseio dos recursos naturais na produção agropecuária e na agroindústria familiar, em especial às voltadas para a produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para sustentabilidade. As atividades tiveram o intuito de instigar conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a preservação de meio ambiente, a partir de uma perspectiva crítica, além de estimular a utilização de técnicas de conservação do solo, de preservação e recuperação da vegetação e dos mananciais hidrográficos, assim como, incentivar processos sustentáveis de produção e práticas de consumo consciente.

Para o desenvolvimento desse artigo, optou-se por organizá-lo em títulos que apontam o caminho percorrido durante o projeto de ação. No primeiro título, será abordada “A Educação Ambiental no contexto da Agricultura Familiar: caminhos metodológicos”. O segundo título traz os elementos teóricos “Dialogando com as diversas formas de

⁴ O parágrafo foi escrito na primeira pessoa do singular, pois remete a uma justificativa pessoal do autor.

conhecimento”, no qual serão abordadas a EA, a Educação Popular e a Agricultura Familiar. Posteriormente, dialoga-se com o título “Conhecendo os ambientes e interagindo com os agricultores familiares”, onde serão trabalhadas as relações de gênero e as questões culturais e, também, a forma produtiva que apontam para a dualidade: produção convencional x sustentável. Já, no quarto título, “A colheita”, apresenta-se os resultados decorrentes deste projeto. Por último, trazem-se as considerações finais.

2. Educação Ambiental no contexto da agricultura familiar: caminhos metodológicos

A metodologia utilizada no projeto de ação foi a abordagem qualitativa e a concepção de EA, a partir de uma macrotendência crítica. As atividades do projeto de ação foram: visitas às propriedades rurais, questionários, roda de conversa, oficinas, saídas a campo. As visitas às propriedades rurais foram realizadas em quatro etapas.

A primeira visita teve o objetivo de responder ao questionário e elaborar um relatório, a partir das observações sobre a organização da propriedade, analisando, especialmente, os seguintes itens: limpeza, destinação do lixo e resíduos orgânicos, conservação das nascentes, localização das benfeitorias e sua distribuição, além de coletar informações complementares para a elaboração do plano de melhorias.

A segunda visita teve por objetivo propor um plano de melhorias. Esse plano foi construído de forma coletiva entre o Projeto Propriedade Destaque – PPD, por meio do comitê gestor e da equipe técnica, formada de profissionais multidisciplinares (engenheiro agrônomo, tecnólogo em desenvolvimento rural, técnico agrícola, bióloga, etc.) e os agricultores. Visou propor melhorias para as propriedades, observando questões sociais, produtivas, econômicas, mercadológicas e ambientais, a partir das informações coletadas pelos jurados e técnicos. O objetivo desse plano foi a elaboração de estratégias para intervenção nas realidades e vivências dos agricultores familiares, prevendo melhorias, principalmente, nos aspectos considerados negativos. Assim, num primeiro momento, o comitê gestor e os técnicos deliberaram uma proposta, considerando todo o material coletado. Posteriormente, num segundo momento, apresentaram a proposta para cada propriedade participante e, finalmente, organizou-se o plano de trabalho de acordo com as condições e objetivos do agricultor, que resultou no plano de melhoria que deveria ser implantado em cada propriedade.

A terceira objetivou acompanhar, instruir, e auxiliar na implantação e no desenvolvimento das atividades e ações previstas nos planos de melhorias acordados com os agricultores, assim como resgatar a história familiar e da localidade. A metodologia utilizada

foi a roda de conversa, que teve o propósito de possibilitar a abertura de espaços de encontro, de escuta e de troca entre os agricultores e seus familiares com os técnicos do projeto.

A quarta visita fundamentou-se em avaliar a evolução e melhorias do desempenho de cada produtor, por meio da aplicação do mesmo material de coleta (questionário), utilizado na primeira fase. As oficinas de capacitação trabalharam temáticas relacionadas à EA e outros temas, de acordo com as necessidades apontadas no diagnóstico e tiveram como objetivo aliar teoria à prática, buscando repercutir as ações desenvolvidas, no dia a dia, com a preservação do meio ambiente, na perspectiva de uma produção orgânica, agroecológica e sustentável.

Nas atividades com oficina, foram oportunizados conhecimentos teóricos, aliados a atividades práticas com as saídas a campo, que tornaram possíveis as trocas de experiências que podem ser adequadas a outras unidades produtivas. Assim, foram desenvolvidas quatro oficinas com os participantes do projeto e convidados, e os temas abordados foram: agroecologia x agrotóxico; homeopatia na sanidade animal; saneamento básico e boas práticas na alimentação e melhoramento genético do gado e pastagens. Os principais enfoques foram o meio ambiente e a sustentabilidade; os efeitos causados à natureza, como as mudanças climáticas que provocam o efeito estufa; o aquecimento global; a degradação do solo; o desmatamento; o aumento dos níveis de agrotóxicos nos alimentos; a contaminação dos lençóis freáticos, do solo e da atmosfera por resíduos agrícolas ou industriais. Foi abordada a importância do saneamento básico, a qualidade da água, tanto de higienização de manipulação e conservação. Também, foi trabalhado o melhoramento da bovinocultura do leite e do gado de corte, tipos de raças e o processo de seleção a alimentação dos rebanhos e a escolha das pastagens, observando as características regionais, o solo e a utilização de capins. As saídas a campo fizeram parte do processo de ensino-aprendizagem, pois foram pensadas com o intuito de possibilitar a participação, a interação e a troca de experiências.

3. Dialogando com as diversas formas de conhecimento

Este capítulo discute a EA, buscando interagir com a Educação Popular dentro do contexto Agricultura Familiar, de forma transversal e interdisciplinar, articulando um conjunto de saberes, formação de atitudes e sensibilidades ambientais. A base para essa discussão fundamenta-se na metodologia da Educação Popular emancipadora, como lugar de construção social coletiva no ambiente da Agricultura Familiar, tendo como objetivo superar o pensamento cartesiano, mecanicista que privilegia padrões dominantes de poder, da fragmentação do conhecimento, do controle e da competição social. Para tal, traz para

discussão elementos como qualidade de vida, otimização da produção familiar, técnicas de manejo e gestão da propriedade à minimização de impactos e uso dos recursos.

3.1. Educação Ambiental

A EA vem se constituindo num importante campo de discussão ao longo dos últimos tempos, especialmente no Brasil, um país que, tradicionalmente, compôs-se a partir de um processo de exploração da classe menos favorecida que trabalha nas indústrias, mas, principalmente, o trabalhador do campo. Vários direitos trabalhistas somente são assegurados na Constituição Federal de 1988, período que, também, é marcado pela regulamentação do meio ambiente, em especial da EA.

Salienta-se aqui a necessidade de uma interação de diversos setores, como educação, movimentos sociais, governo, para que juntos, busquem formas de trabalhar a EA de uma maneira ética, que venha a envolver a sociedade na construção de democracia, atitudes, valores fundados nos princípios de liberdade, igualdade, solidariedade e justiça social, assim como de outros conceitos. Nesse sentido, Loureiro (2002, p. 69) ressalta que a EA “[...] é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”.

Portanto, o desenvolvimento desse projeto embasou-se na EA transformadora, que compreende a educação como um elemento de transformação social, inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no ouvir os sujeitos, na construção de espaços coletivos de convívio social, como forma de superação da dominação capitalista, pois educação é emancipar, romper com o padrão vigente de sociedade e civilização (LOUREIRO, 2009). Ainda, Reigota (2009) reforça a ideia de que a EA deve estar inserida em todos os aspectos que educam o cidadão. Dessa forma, será possível percebê-la nos diversos espaços sociais, culturais, políticos e educacionais, dando ênfase às suas especialidades.

Definitivamente, não existe EA sem o envolvimento das dimensões sociais, pois não é possível isolar os problemas ambientais da complexidade que os formam. Assim, Loureiro contextualiza: “[...] que as práticas em EA passem a ser, coerentemente, contextualizadas, para não ficarem falando de uma ética estéril sem associá-la à base estrutural” (2009, p. 16) e, ainda, salienta que “[...] não parece ser possível transformar a relação humana-natureza sem transformar, simultaneamente, as relações sociais” (2009, p.16).

Em contraposição, traz-se a noção de justiça ambiental como uma propagadora de um conjunto de princípios e normas que podem trazer mais equidade às relações sociais, raciais, étnicas e de classe, assegurando acesso justo aos recursos ambientais, dando livre acesso às informações, por meio de processos democráticos, participativos, coletivos e, capitaneados pelos movimentos sociais. Assim, a luta por justiça ambiental passa pela organização dos movimentos sociais, e precisa atingir as classes trabalhadoras, tanto urbanas como rurais e que, efetivamente, pense na geração atual e futura (ACSELRAD, 2005).

Assim, quando o neoliberalismo fundamenta a EA a partir de uma visão reducionista que vincula tudo à economia de mercado, exige que os educadores populares tenham o discernimento de romper com o modelo de ciência e de educação positivista, hierarquizada, preconizada pela educação tradicional. Essa compreensão naturalista e conservadora, a partir da visão comportamentalista e despolitizada que desconsidera o ser humano com um ser sócio-histórico, político e econômico (LOUREIRO, 2009).

Logo, a proposta dessa intervenção foi contrapor a visão tradicional de EA, a partir de outra proposta de transformação social dialógica, no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania e, “utopicamente”, na superação das formas de dominação capitalista, buscando romper com a miséria, a ignorância, o preconceito e formar seres humanos autônomos, críticos, solidários (SILVA, COSTA, ALMEIDA 2012).

3.2. Agricultura Familiar como lugar de pertencimento

A Educação Popular pode ser considerada como a ferramenta que poderá transformar a realidade de muitos agricultores que participaram desse projeto, por possibilitar o acesso e, especialmente, a construção coletiva sobre questões que envolvem o meio ambiente e seus processos produtivos. O princípio foi a horizontalidade das relações, em que, juntos, técnicos e agricultores, encontraram alternativas capazes de romper com as formas tradicionais de produção, despertando o interesse por outras que não agridam a natureza e preservem a sua saúde e a dos consumidores, sem desconsiderar as relações sociais nelas envolvidas.

Para falar em Educação Popular, foi necessário compreender a sua conceituação e seu papel na construção de paradigmas emancipadores. Para Brandão (2006), a Educação Popular é um processo de reprodução do saber das comunidades populares no sentido de reconhecer as erudições da cultura popular. A democratização do saber escolar está associada à ampliação ou universalização do acesso dos setores mais pobres à educação institucionalizada. Finalmente, o trabalho de libertação, por meio da educação e sua

aplicabilidade, é atribuído aos processos de alfabetização de adultos como forma de organizar e lutar para transformar as condições de injustiça que os mantêm em sua condição de oprimidos e excluídos (BRANDÃO, 2006).

A Educação Popular para o meio rural assume uma relevância significativa, pois é um segmento responsável pela produção de mais da metade dos alimentos consumidos pelos brasileiros e, conseqüentemente, causa um grande impacto para a economia. Entretanto, isso não significa que sejam reconhecidos pelos organismos governamentais e pela sociedade. O projeto com Agricultores Familiares propôs a realização de várias atividades e ações que pudessem resultar na mudança individual e coletiva de cada propriedade participante. Nessa perspectiva, a Educação Popular pode se constituir como ferramenta na transformação dessa realidade para as famílias que tomaram parte nesse projeto, pois oportunizou a participação em atividades que levaram à construção de conhecimentos coletivos, a partir de valores, atitudes pautadas na relação ética, sem desconsiderar os saberes culturais e as tradições.

A Agricultura Familiar é entendida como o segmento em que a família, ao mesmo tempo, é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Assim, a relação com a propriedade é um traço marcante na Agricultura Familiar, na qual a noção de propriedade e o pertencimento ao território ou à comunidade é muito presente no cotidiano. Geralmente, é nessa mesma unidade produtiva que os antepassados do atual produtor viveram e constituíram suas famílias, o que torna a propriedade carregada de um sentimento de pertencimento, posse e identificação. Portanto, o sentimento de pertencimento está relacionado à aproximação.

Cabe trazer o sentido de lugar que “se refere às maneiras como a experiência e a imaginação humana se apropriam das características físico-materiais da localização geográfica” (SOUZA, 2015, p.113). O mesmo autor traz a categorização de lugar “como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual se desenvolvem e extraem-se os ‘sentidos de lugar’ e as ‘imagens de lugar’” (SOUZA, 2015, p. 114). Como se pode perceber, existe uma correlação entre pertencimento e lugar. Assim, para que alguém se perceba pertencente é condição que o indivíduo esteja envolvido com os acontecimentos e fatos, e que esses façam sentido e aflorem sentimentos. Nessa perspectiva, foram realizadas ações que despertaram os sentimentos de pertença em relação ao lugar onde estão morando, produzindo alimentos, instigando a responsabilidade em preservar o meio ambiente.

Porém, ressalta-se que a responsabilidade pela degradação ambiental e pela mudança de comportamento do ser humano está atrelada ao sistema capitalista, cuja base está ligada à produção, ao consumo e à exploração dos recursos naturais. Essa exploração constante e

desenfreada tem deixado um saldo de devastação profunda no meio ambiente. Assim, durante o último século, o mundo passou por profundas evoluções, e a natureza sempre foi usada nesse processo, mas a mesma já demonstra saturação e incapacidade de se regenerar.

A agricultura é hoje uma das principais fontes de degradação ambiental. O mesmo modelo que causa a concentração da propriedade e do poder, produzindo a exclusão social, também gera impactos ambientais. Tudo se deve à forma como é pensado esse atual modelo de agricultura, que imagina o meio ambiente como algo inesgotável, o que põe em risco a própria sobrevivência humana na Terra. A isso se denomina questão socioambiental, que é a relação da sociedade com o meio ambiente. Entretanto, os problemas ambientais vão além desses elementos, pois neles temos o imbricamento das relações sociais, de gênero, culturais, econômicas, enfim, deve-se considerar todo esse conjunto de fatores. É nesse sentido que o projeto se propôs a trabalhar alguns desses elementos como as relações de gênero, as questões culturais e os modelos de produção dentro do contexto da Agricultura Familiar.

4. Conhecendo os ambientes e interagindo com os agricultores familiares

Falar da Agricultura Familiar significa compreender o cotidiano da família, que envolve uma complexa rede de interações, composta por diferentes saberes, aptidões, valores, atitudes e comportamentos. Então, é na cotidianidade familiar que se aprendem valores, incorporam-se as práticas essenciais aos diversos âmbitos da vida, assimilam-se direitos, deveres, responsabilidades, obrigações, que ajudam na interação dos membros da família, mas, também, desenvolvem-se atitudes, como é o caso em relação ao gênero, a cultura, ao social que impactam nas relações do dia a dia.

4.1. As relações de gênero e as questões culturais

Trabalhar a EA requereu a incorporação de outras áreas do saber, o que a tornou ainda mais desafiadora, pois exigiu que as atividades tivessem um caráter interdisciplinar e, a partir dela, foi-se construindo formas de conhecimento capazes de dialogar, também, com os saberes da cultura popular. Reigota (2009) reforça a ideia de que a EA deverá estar inserida em todos os aspectos que educam o cidadão. Dessa forma, é possível percebê-la nos diversos espaços sociais, culturais, políticos e educacionais, dando ênfase as suas especialidades. Isso ocorre, especialmente, quando se trabalha a EA a partir de uma perspectiva crítica, transformadora e dialógica, com a dimensão social da questão ambiental. Então, as atividades

do projeto mostraram-se capazes de dar conta do que foi planejado, pois oportunizaram outros conhecimentos e habilidades que foram tratadas dialogicamente e numa perspectiva crítica.

Assim, trabalhar a EA junto à Agricultura Familiar oportunizou outros olhares sobre questões que, no dia a dia, concebem-se como corriqueiras ou banais, mas quando se detém nelas, percebe-se que são mais graves e que necessitam ser trabalhadas em outra perspectiva. Nesse sentido, o meio rural e, especialmente, a Agricultura Familiar é, talvez, um dos campos em que mais se expressam as diferentes manifestações das desigualdades de gênero e, portanto, as reflexões e as incursões devem ir além das questões ambientais e econômicas, tendo a sensibilidade de perceber e trabalhar as relações culturais e sociais.

Então, ao longo do projeto, também se constata o quão pode ser forte essa manifestação que é exercida pelo homem/marido que, na figura do pai, impõe suas ideias ou sua bagagem cultural para cercear a liberdade de atuação e manifestação dos membros da família. Essas manifestações, muitas vezes, vão para além da mulher/esposa, que fica em meio dos conflitos familiares, pois, mesmo sabendo que as posturas e/ou ideias do marido estão erradas, ou podem ser flexibilizadas, sente-se incapaz, por ter medo de confrontá-lo. Como se pode perceber, existe uma forte conotação de gênero em todas essas atitudes exercidas pelo homem que, muitas vezes, são reforçadas pelas questões culturais.

Em face disso, traz-se o conceito de gênero que foi elaborado com o intuito de confrontar o determinismo biológico nas relações entre os sexos. O gênero enfatiza o caráter social e “o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade”. Sobre isso, Saffioti (1992, p. 210) considera que “[...] não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o OUTRO”.

Entretanto, para Saffioti (2004, p. 45), ao se tratar a desigualdade a partir do conceito de gênero, pode-se incorrer em erro, pois “[...] o mesmo não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres, visto que, muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida”. Assim, há uma reconceituação, pois, para a autora, o gênero está longe de ser um conceito neutro. Pelo contrário, ele “carrega uma dose apreciável de ideologia” (2004, p. 136), somando-se à ideologia patriarcal, que cobre uma estrutura de poder desigual entre mulher e homens. Essa ideologia foi, basicamente, concebida, em especial, para encobrir uma estrutura de poder, em que a mulher situa-se muito abaixo dos homens em todas as áreas de convivência humana.

No meio rural, ficou visível o fato de que a organização do trabalho, na Agricultura Familiar, é marcada pelo viés de gênero. Aos homens são destinados os espaços

de produção e de gestão da propriedade, enquanto que para as mulheres, além do trabalho na casa, elas participam do trabalho na agricultura, do cuidado com o jardim, hortas, trato dos animais, especialmente de pequeno porte, destinados ao consumo da família. Entretanto, todas essas atividades, inúmeras vezes, não são consideradas trabalho, pois não geram renda à família.

A desigualdade entre as mulheres, na agricultura, é ainda maior se comparada à mulher da zona urbana, pois naquela, todo o trabalho na propriedade é realizado pelos membros da família, portanto, a remuneração do trabalho não pode ser mensurada individualmente, e os resultados monetários do conjunto dos membros é que vai permitir ou não abastecer as necessidades do conjunto da família. No cotidiano de algumas famílias, a economia produzida fica concentrada nas mãos do homem/marido, mesmo que todos tenham participado de todo o processo produtivo. Em alguns casos, é “permitido” às mulheres ficarem com a economia da comercialização de determinados produtos ou subprodutos, o que possibilita, minimamente, que ela e os filhos possam adquirir alguns bens pessoais.

Nesse contexto, percebe-se a importância das mulheres participarem dos movimentos sociais rurais, na luta pelas políticas públicas e pelos seus direitos. O direito pelo reconhecimento da profissão de agricultora, remuneração, direitos sociais, à aposentadoria, à saúde, às políticas afirmativas, como a cota mínima de participação de 30% de mulheres em todas as instâncias do movimento sindical, e o fortalecimento das comissões de mulheres nos sindicatos.

Deste modo, fica bem evidente a relação de preconceito que existe com as mulheres rurais, inclusive dentro dos próprios sindicatos que, muitas vezes, não oportunizam espaços para a formação de lideranças e gestão. Ou, ainda, ele é ineficiente pela incapacidade de instruí-las sobre os seus direitos, como: acesso ao bloco de produtor em seu nome, a documentos pessoais que podem facilitar acesso a créditos e na comprovação de direitos.

Portanto, o que se propõe é uma EA crítica, transformadora e emancipatória que dialogue com questões sociais, culturais e com as relações de gênero, trazendo ao debate a importância que a mulher tem para o protagonismo da Agricultura Familiar. Então, ela é crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade, natureza e suas inter-relações. Transformadora, porque poderão colocar em discussão o caráter do processo civilizatório em que estamos vivendo, acredita na capacidade da humanidade de construir outro futuro a partir de um outro presente.

Ao adotar essa tríade, emerge a discussão sobre a necessidade de promover estilos alternativos de agricultura que rompam com o convencional “padrão moderno” e cultural para

outro modelo de agricultura sustentável, que desafia, diante da perspectiva de mudança, não apenas do padrão produtivo, mas da própria relação ser humano-natureza.

4.2. Modelos de produção: convencional x sustentável

Segundo Paulus e Schlindwein (2001), a agricultura, antes de ser uma atividade essencialmente econômica, é uma atividade também cultural e, mais do que processos naturais, trata-se, de modo fundamental, de processos socioculturais de uma construção humana, sendo muito influenciada pela carga cultural que carregam os indivíduos que a praticam. Um dos melhores instrumentos para compreender as diferenças entre os homens e as sociedades é a cultura. Assim, quando se reporta à influência da cultura nas relações sociais e nas práticas agrícolas, remete-se a um conceito antropológico que consolida o que se costuma chamar de tradição, pois permite compreender os usos e costumes e os modos habituais de como um grupo se comporta, trabalha, pensa. Ele também se consolida por meio de instituições, como a escola, a família, a igreja e, ainda, pelo próprio Estado.

De acordo com DaMatta (2011), a cultura é como um código que permite a indivíduos diferentes, com diversos interesses, compartilharem normas, regras e que possam viver juntos numa mesma sociedade. Enfim, a cultura permite desenvolver relações entre si, porque ela fornece normas, que dizem respeito aos modos mais ou menos apropriados de se comportarem entre si e a sociedade em que vivem.

Como se pode perceber, ao longo do trabalho, a Agricultura Familiar é um setor que tem pouco acesso às tecnologias; por conseguinte, dentre todas as atividades que envolvem a agricultura, a queimada é uma das práticas culturais mais presentes e que vem resistindo aos tempos. Outro fator que chamou atenção foi o uso intensivo de agrotóxicos durante o preparo do solo e na eliminação de “pragas” das lavouras. O uso de métodos não sustentáveis na agricultura tem provocado grandes agressões ao meio ambiente, como: erosão, mudanças climáticas, contaminação dos solos, das águas, dos animais e dos seres humanos. Quando se refere à sustentabilidade na agricultura, a ideia não é propor uma forma mirabólica no manuseio e produção, mas pressupõe-se que é possível existir um equilíbrio entre a produção e a preservação. Esse outro paradigma propõe que as atividades produtivas sejam desenvolvidas de forma equilibrada, de modo a não comprometer os recursos naturais.

Na realidade, a busca pela sustentabilidade da agricultura assume uma postura crítica com relação ao modelo agrícola tradicional, efetuando-se a realização de mudanças, principalmente, o rompimento com o paradigma tradicional de agricultura, que se baseia na

utilização de insumos agrícolas, como fertilizantes e agrotóxicos, e nas queimadas que provocam impactos negativos sobre o meio ambiente. Em um segundo momento, a busca pela sustentabilidade passa pela adoção de outro modelo de agricultura, um modelo baseado em formas e práticas alternativas de tratamento, manuseio.

Pode-se tomar por base o que foi trabalhado durante as oficinas do projeto de ação, com baixa dependência tecnológica, uso sustentável dos recursos naturais e o mínimo de impactos adversos ao ambiente. Isso significa outro posicionamento frente a essa questão, passando-se de um modelo de agricultura baseado na adoção de “pacotes tecnológicos”, para um modelo de agricultura mais equilibrado, mais equitativo, no qual sejam minimizados os impactos negativos ao meio ambiente.

Diante desse contexto, percebe-se a importância que a EA, especialmente no contexto da Agricultura Familiar, na mudança de comportamento que o ser humano deve ter em suas relações culturais, sociais que são impactantes ao meio ambiente. Assim, entende-se que EA tem papel fundamental na orientação, na construção de outros valores que levem o homem a refletir sobre o meio ambiente e a sua importância, instigando o ser humano a entender sua relação de causa e consequência com a natureza.

5. A colheita

O projeto de ação permitiu o conhecimento de como muitas das famílias pertencentes à Agricultura Familiar, do município de Santo Antônio da Patrulha, vivem e se relacionam com o meio ambiente, utilizando diversos tipos de ferramentas que pudessem dar conta das demandas que esse projeto de ação requereu. Desse modo, buscou-se dialogar com diversos autores, no exercício de refletir sobre o que é EA, a partir de uma perspectiva crítica, transformadora e dialógica, fundamentada na metodologia da Educação Popular emancipadora. Isso tudo, compreendendo a Agricultura Familiar como lugar de construção social coletiva, pois se entende que essa pode contribuir para superar o pensamento cartesiano e mecanicista que privilegia padrões dominantes de poder, da fragmentação do conhecimento, do controle e da competição na sociedade.

Um dos aspectos importantes foi a questão de gênero, sendo que, mesmo as mulheres tendo conquistado direitos civis e políticos, a partir do século passado, muitas delas, apesar de reconhecerem que são possuidoras dos mesmos direitos do homem, no âmbito doméstico, naturalizam as desigualdades de gênero e acabam não questionando a distribuição das tarefas

domésticas e, ainda, exercerem outras atividades (trabalhos), visando assim, aumentar a renda familiar, além do cuidado na criação da família.

Outra limitante observada foi que algumas propriedades apresentam problemas quanto à falta de planejamento na organização das instalações, em que excrementos e dejetos dos animais domésticos não são devidamente armazenados, provocando, assim, a contaminação do solo e correntes d'águas na propriedade. Também se constatou que inúmeras propriedades apresentam problemas de saneamento básico humano e animal. Problemas com as nascentes de captação de água utilizadas no consumo doméstico, tanto de conservação ambiental, como de higiene. Isso se deve ao fato de que, em algumas propriedades, não há o cercamento do local, o que permite que os animais tenham acesso à área, mas, também, pela inexistência da mata ciliar, que contribui na erosão do local.

Outra questão que mereceu uma atenção especial foi referente à utilização dos agrotóxicos nas plantações. Alguns produtores, por não terem implementos agrícolas e, tampouco animais para tração que poderiam ser utilizados na execução das atividades, acabam usando o agrotóxico, visando substituir a aração da terra. O que tem agravado essa situação é a forma inadequada do manuseio dos produtos, especialmente, pela falta da utilização de Equipamentos de Proteção Individual e no descarte inadequado dos recipientes.

A partir dessas constatações, se realizaram oficinas e saídas a campo, possibilitando outros conhecimentos aos agricultores. As atividades oportunizaram momentos de reflexão, estudos e trocas de experiências, mas, também, de possíveis alternativas ao modelo tradicional convencional. Uma alternativa à agricultura convencional é a orgânica, que não agride o meio ambiente, fornece o sustento sadio para os trabalhadores da agricultura e, ainda, contribui com regeneração dos solos castigados pelo uso de produtos químicos.

Dessa forma, o projeto contribuiu na mudança de hábitos culturais e práticas já ultrapassadas, seja por meio do processo de formação com saída a campo, oficinas, ou, ainda, na atuação dos técnicos na realização de atividades. Nesse sentido, foi fundamental a sensibilização dos agricultores, também pelo viés financeiro, pois, com a incorporação de técnicas sustentáveis, é possível aumentar o lucro da propriedade com a agregação de valor ao produto. Portanto, a EA foi trabalhada como um processo de formação e como exercício de cidadania, relacionando com outra forma de encarar a interação do homem com a natureza, e uma forma diferente de ver o mundo e os homens.

6. Considerações atuais

O artigo apresentou a realidade das famílias que participaram do PPD – STRSAP, o que permitiu compreender suas realidades e a importância da Agricultura Familiar como fonte de desenvolvimento econômico, permeado pelas relações culturais e sociais. Trabalhar a EA de forma crítica, transformadora e emancipatória, possibilitou o desenvolvimento de atividades que as instigou a buscarem outros conhecimentos, estimulado repensar algumas práticas que eram prejudiciais ao meio ambiente e a sua saúde, incentivando-os a buscarem outros processos sustentáveis de produção e consumo. Considera-se que esse projeto foi uma semente que deve ser cultivada, por meio de outros projetos, pois ficaram, ainda, muitas interrogações e questionamentos. Percebe-se que é difícil a mudança de paradigma que vem alicerçada em fortes laços culturais, sociais, etc.

A proposta foi problematizar atitudes, fazeres, práticas e apontar que é possível uma Agricultura Familiar, tomando como princípio uma EA que questiona muitas das práticas realizadas pelos agricultores, mas, ao mesmo tempo, aponta alternativas, construindo conhecimentos de forma dialógica, democrática, participativa. Todo esse processo de construção contribui para a mudança da perspectiva de uma produção agrícola tradicional para um modelo sustentável.

Referências

- ACSELRAD, H. Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. In: JÚNIOR, L.A.F. (org.). *Justiça Ambiental: narrativas de resistência ao risco social ampliado*. Brasília: MMA, Diretoria de EA, 2005.
- BRANDÃO, C.R. *O que é a educação popular?* São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.
- COUSIN, C.S. *Pertencimento Ambiental*. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, FURG/SeaD, 2010.
- DAMATTA, R. "Você tem cultura?". In: *Explorações: Ensaios de Sociologia Interpretativa*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2011, p. 120-127.
- LOUREIRO, C.F.B. *Trajetória e fundamentos da EA*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, C.F.B et al. *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAULUS, G.; SCHLINDWEIN, S.L. *Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura?* Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001. p. 44-52.
- SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SILVA, L.O; COSTA, A.P.L; ALMEIDA, E.A. EA: o despertar de uma proposta crítica para a formação do sujeito ecológico. *HOLOS*, Rio Grande do Norte, v. 1, p. 110-123, 2012.

SOUZA, M.L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.